Boletim do Sepe
FILIADO À CNTE

INFORMATIVO DO SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

EDIÇÃO REDE MUNICIPAL RJ

Nº 64 | Finalizada em: 15/08/2025. Atualizado em: 09/09/2025

AGENDA (ON LINE)

- **10/09 -** Plenária com Agentes Educadores rede municipal. **19h**
- **16/09 -** Plenária da Educação Infantil da rede municipal. **19h**
- **17/09 -** Sec. Gênero e Defesa dos Direitos LGBTQIA+. **18h30**

Venha para a assembleia, construir a luta na rede municipal

Assembleia será no dia 20 de setembro, no Club Municipal, às 14h

Os profissionais da educação municipal estão convocados para a mobilização pelo reajuste relativo a 2024/2025, até agora não anunciado pelo prefeito.

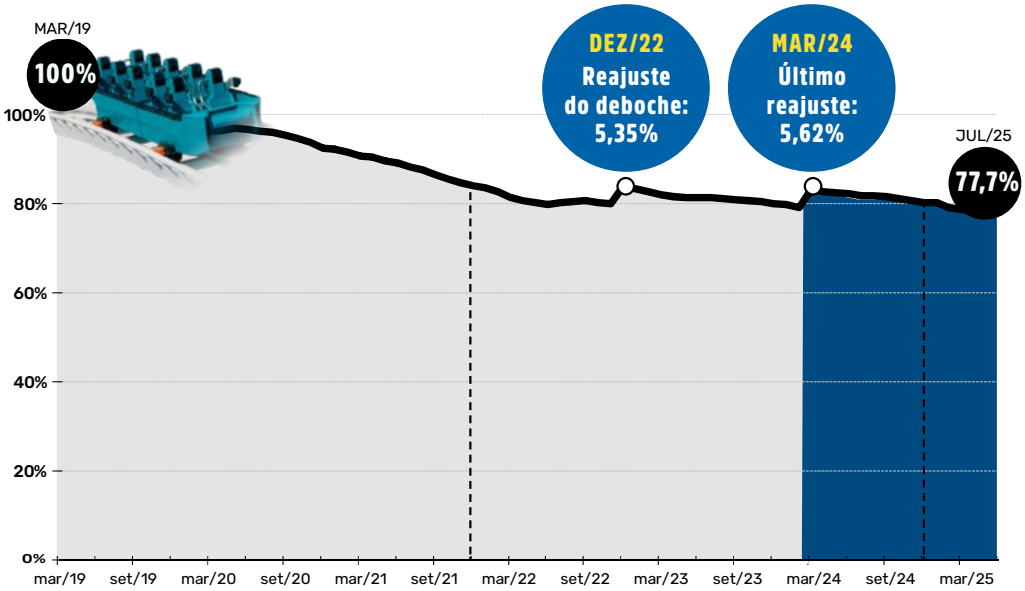
A direção do Sepe definiu a data da assembleia da rede municipal: **20 de setembro (sábado), às 14h, no Club Municipal**, na Tijuca (Rua Haddock Lobo, 359), no 4º andar. Pela manhã, haverá reunião do Conselho Deliberativo da rede, no mesmo local.

Em agosto e setembro, até a assembleia, o Sepe vem realizando plenárias com segmentos da categoria (veja agenda acima e no site), e as regionais estão promovendo assembleias locais, preparando a assembleia do dia 20 de setembro. Participe!

Para recuperar poder de compra, salários precisam de reajuste de 28,3%

EVOLUÇÃO DO SALÁRIO REAL (poder de compra)

FONTE: DIEESE/SEPE. IPCA-IBGE



O último reajuste anual — 5,26% (referente à inflação) — foi aplicado nos salários de março de 2024, há mais de 15 meses, portanto. Esse atraso absurdo se junta aos ataques que Paes e seu secretário de Educação, Ferreirinha, vêm fazendo contra a educação, com o pacote de maldades no ano passado, que instituiu a minutagem, atingindo o direito ao 1/3 de planejamento e liberando a contratação temporária.

Segundo o Sepe-Dieese, entre 1º de março de 2019 a 30 de junho de 2025, o INPC-IBGE e o IPCA-IBGE apresentaram variação de, respectivamente, 42,71% e 42,31%. No entanto, os salários no mesmo período foram reajustados em 10,89%. Assim, em 30 de junho de 2025, os salários manteriam só 77,70% do poder aquisitivo de 1º de março de 2019 (INPC-IBGE). Portanto, para que os salários em 1º de julho de 2025 retomassem o poder de compra de 2019, o reajuste necessário seria de 28,69% (INPC-IBGE) ou 28,33% (IPCA-IBGE). ■

Promotoria de Educação aceita denúncia do Sepe contra a 'minutagem'

A partir de denúncia do Sepe, a 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital solicitou ao procurador-geral de Justiça do RJ que avalie possível ação contra a Lei Complementar Municipal nº 276/2024, que alterou o sistema de horas-aula (minutagem) e aumentou a jornada dos professores sem equiparação salarial. A medida, no entendimento do Sepe, viola decisão judicial transitada em julgado que adotava o critério de "hora-aula" e não "hora-relógio".

O Sepe informou essa situação ao Ministério Público em outubro de 2024, o que resultou em reunião com a promotora Rosana Cipriano, em janeiro de 2025. O Departamento Jurídico do sindicato incorporará essas informações ao processo judicial do 1/3 extraclasse. O sindicato sustenta que a nova minutagem fere sentença vitoriosa obtida desde 2012 e que inspirou inclusive decisão favorável do STJ para educadores do Paraná. ■

Ação do 1/3 de planejamento aguarda julgamento

A ação teve sentença favorável ao Sepe em 2014, obrigando o município a garantir que no máximo 2/3 da jornada fosse destinada à sala de aula. Apesar de o município alegar cumprimento da decisão, o Sepe contestou reiteradamente, obtendo em 2023 decisão que manteve o processo ativo.

Em 2024, o município afirmou cumprir a norma para 88,2% dos professores, mas o Sepe apontou que a aprovação do PLC 186, convertido na LC 276/2024, alterou a estrutura de cargos e violou a sentença, configurando improbidade e crime de desobediência. O juiz não acatou a manifestação, e o sindicato recorreu, aguardando julgamento na segunda instância.

O sindicato avalia que não cabe nova ação judicial, pois já existe decisão com coisa julgada favorável à categoria. A estratégia será continuar a impugnar a parte da LC 276 que modifica a minutagem e afronta a sentença existente, acompanhando o parecer solicitado pela promotoria à PGR sobre a constitucionalidade e legalidade da lei. ■

Sepe pede na Justiça cumprimento da sentença do Piso Nacional para PAEIS

Diante do julgamento favorável da Ação Civil Pública interposta pelo Sepe na Justiça contra o governo municipal RJ em benefício dos Professores Adjuntos de Educação Infantil (PAEIS) para o cumprimento da Lei do Piso Nacional do Magistério e tendo em vista a Execução da sentença, informamos que o Departamento Jurídico do sindicato protocolou, nesta semana, uma petição ao Juízo da 3ª Vara de Fazenda Pública, requerendo a intimação do município para prestar as seguintes informações:

1- O cumprimento da sentença pela municipalidade da devida correção do Piso dos Professores Adjuntos de Educação Infantil – PAEI de acordo com o reajuste anual do Piso Nacional do Magistério.

2- Que o município preste informações em relação ao pagamento das diferenças devidas de janeiro de 2020 até dezembro de 2022 e seus reflexos.

3- Que sejam juntados aos autos a relação dos Professores Adjuntos de Educação Infantil – PAEIS, beneficiários da ação.

4- A fixação de multa não inferior a R$ 10.000,00 por dia em caso de descumprimento a fim de obrigar a prefeitura a cumprir a obrigação.

O Sepe aguarda a decisão judicial, porém, a fim de buscar garantir a execução de forma mais rápida, adota, desde já, procedimentos para a devida habilitação individual dos PAEIS, beneficiários da ação, a partir da Plataforma de Ações Judiciais do SEPE-RJ aberta a sindicalizados.

A habilitação dos profissionais pode ser feita pelo link: **acoesjudiciais.seperj.org.br** ■

Sindicato realizou plenárias on line com PAEIs

Sindicato realizou, em 11 e 14 de agosto, plenárias online de PAEIs. A do **dia 11** debateu a situação das professoras que estão no banco de espera de convocação, com mais de 80 PAEIs. O Jurídico do Sepe explicou a iniciativa de entrada na Justiça para solicitar a convocação antes do **prazo do concurso expirar (05/10).** A ampliação das contratações é necessária para suprir as carências na rede. Foi formado um GT para ajudar na construção da ação e preparar um ato das concursadas.

No **dia 14,** com 45 pessoas, foi apresentado informe sobre a ação judicial pelo não pagamento do Piso Nacional para PAEIS. O Jurídico informou sobre a vitória da ação e que se encontra em fase de execução para o pagamento dos retroativos de 2020 e 2021. O DJ informou sobre o envio de petições à Justiça. Diante da ausência de respostas e visando acelerar a execução, o Jurídico indicou a organização de processos individuais para PAEIS sindicalizadas ao sindicato. A direção do Sepe abrirá a sindicalização para PAEIs que desejarem ingressar na execução individual (leia acima). Foi também informada nova desatualização dos vencimentos de 2023 a 2025, o que vai gerar uma nova notificação do DJ do Sepe na ação vigente, além de novo pedido de retroativo relativos ao período. ■

Informe sobre a contribuição financeira do(a) sindicalizado(a)

A contribuição sindical em folha é um direito de todos os trabalhadores. Sendo assim, há décadas que os associados ao Sepe usufruem desse direito, por meio da filiação voluntária ao sindicato.

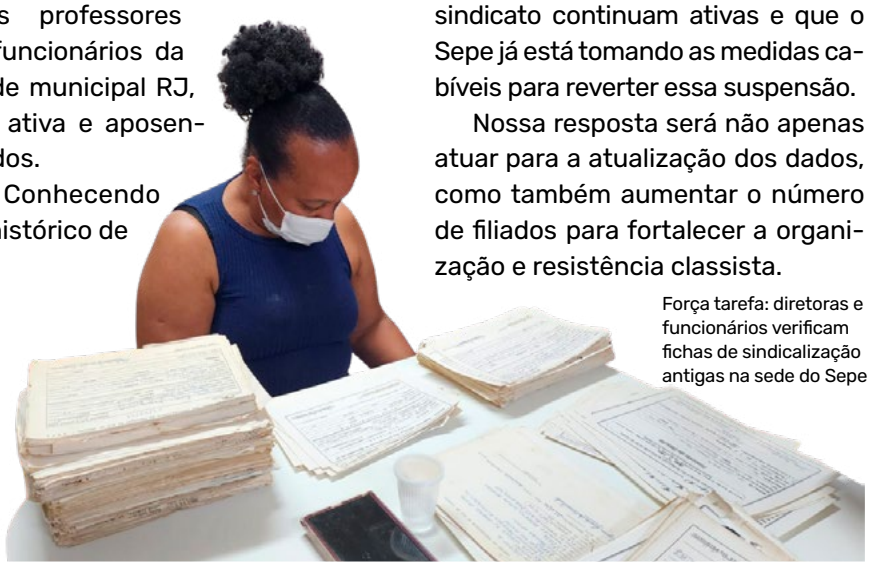
Recentemente, alegando a fraude do INSS, a Prefeitura do Rio de Janeiro ordenou à empresa que faz o cadastro para a contribuição sindical em folha a solicitação das fichas de filiação do Sepe, em um curto espaço de tempo; o que resultou, já em setembro, na suspensão da contribuição sindical de vários professores e funcionários da rede municipal RJ, da ativa e aposentados.

Conhecendo o histórico de ataques da Prefeitura ao Sepe-RJ, como a perda das licenças sindicais, e do prazo exíguo para o envio da documentação, muito nos preocupa esse quadro de perseguição à organização sindical.

Por isso estamos somando todos os esforços, numa força tarefa concentrada de diversos funcionários de núcleos e regionais que trabalham no sindicato, com o objetivo de cumprir o envio da documentação e anular esse tipo de argumento para desestruturar nossa organização.

Vale ressaltar que as filiações ao sindicato continuam ativas e que o Sepe já está tomando as medidas cabíveis para reverter essa suspensão.

Nossa resposta será não apenas atuar para a atualização dos dados, como também aumentar o número de filiados para fortalecer a organização e resistência classista.



Força tarefa: diretoras e funcionários verificam fichas de sindicalização antigas na sede do Sepe

ORIENTAÇÕES

Com esse objetivo, o Sepe RJ orienta a categoria filiada da rede municipal do Rio, cujos contracheques de agosto não contemplaram a contribuição sindical mensal, o seguinte **passo a passo**:

1) Clique no QR Code ao lado e baixe a ficha:

2) Após imprimir e preencher os dados, assine, escaneie ou tire foto e envie por e-mail para ***cadastro@seperj.org.br*** ou entregue em uma das sedes das regionais do Sepe ou à sede central.

De todo modo, o mês de agosto/2025 em que sua contribuição ficou em aberto pode ser pago através do PIX do sindicato, cuja chave é o nosso CNPJ: 28.708.576/0001-27.

Após o pagamento, envie seu comprovante para ***tesouraria@seperj.org.br*** com seu nome completo e CPF. ■

Merendeiras terceirizadas demitidas protestaram na Prefeitura no dia 03/9

Merendeiras demitidas por empresas que prestam serviços à SME realizaram ato de protesto na prefeitura no dia 3/9. As profissionais reivindicaram a recontratação e seus direitos trabalhistas.

O Sepe recebeu uma série de denúncias sobre demissão e substituição de profissionais por outras, que estariam sendo contratadas por indicações políticas, sobretudo na Zona Oeste. No ato, profissionais deram depoimentos emocionantes, denunciando que foram coagidas a pedir demissão e dispensadas 45 dias após a admissão na nova empresa. ■

Merendeiras levam cartazes para a frente da Prefeitura. Protesto repercutiu no *Bom Dia Rio*

Veja vídeo do ato no instagram do Sepe

bit.ly/AtoPrefeituraRio

VOTAÇÃO DO PLEBISCITO POPULAR TERMINA NO FINAL DE SETEMBRO

Movimentos sociais, organizações, centrais e sindicatos, incluindo o Sepe, juventude, artistas, entidades de fé e partidos progressistas estão realizando em todo o país o Plebiscito Popular por um Brasil mais justo. O Plebiscito é instrumento de mobilização do povo e de pressão política sobre os poderes. Tem como objetivos a organização nos territórios e o trabalho de base, a defesa da soberania nacional e a divulgação das lutas pelo fim da escala 6x1, por justiça tributária e pelo direito à água e saneamento.

A votação vai **ATÉ O FINAL DE SETEMBRO**, com milhares de urnas em todo o Brasil, cadastradas por pessoas ou por entidades. O Sepe instalou uma urna fixa em sua sede central (Rua Evaristo da Veiga, 55/7º andar) e em vários núcleos e regionais. Participe! ■

AS PERGUNTAS NA CÉDULA

■ Você é a favor da redução da **jornada de trabalho** sem redução salarial e do fim da **escala 6x1**?

■ Você é a favor de que quem ganhe mais de 50 mil por mês pague mais **imposto de renda** para que quem recebe até 5 mil por mês não pague?

■ Você concorda que a **água e o saneamento** devem ser considerados um direito de todos e não mercadoria para dar lucro?

Diga não à demissão e às punições de profissionais na SEEDUC

O Sepe repudia a decisão da SEEDUC que, sem respeito ao direito de defesa, demitiu arbitrariamente o professor João Paulo Cabrera e suspendeu Andrea Cassa e Mônica Lemos, por 20 dias.

As punições, publicadas no Diário Oficial do Estado em 11 de agosto, confirmam as denúncias do Sepe sobre o avanço do autoritarismo no governo estadual e na SEEDUC. Desde 2020, tivemos um aumento exacerbado de processos administrativos (PADs) e sindicâncias levadas a cabo pela Corregedoria do órgão, sob a liderança de um militar, pouco afeito à dinâmica do chão das escolas.

Os profissionais contestam a punição, apontando erros que comprometeriam o processo, tais como: o impedimento da defesa do professor se manifestar após a finalização do relatório e da apresentação de provas, além da falta de diligências e da garantia do amplo direito à defesa.

O relatório apurou que entre janeiro de 2020 e maio de 2024 foram abertas 1.320 sindicâncias contra profissionais, praticamente uma por dia. O pico foi em 2022, ano eleitoral, com quase 500 sindicâncias. Um dos casos emblemáticos é o de Daniela Abreu, de Magé, que foi perseguida, precisou deixar a escola e responde a processos administrativos. O Sepe convoca a categoria a se somar à luta contra as arbitrariedades.■

Assine a petição eletrônica contra a perseguição e a demissão na Seeduc

Sepe elege representantes ao Conselho Municipal de Educação

Em assembleia extraordinária virtual convocada pelo Sepe e realizada em 28 de julho, profissionais de educação elegeram as professoras Izabel Costa e Dorotéa Frota Santana (titular e suplente, respectivamente) para serem as representantes das(os) trabalhadoras(es) da Educação no Conselho Municipal de Educação do Rio de Janeiro (CME-RJ), com mandato de dois anos. Participaram da assembleia 492 profissionais de educação. ■

Ato em Brasília cobrou o piso nacional dos funcionários

A Secretaria de Funcionários do Sepe participou em 6 de agosto do Ato Nacional Pelo Piso Salarial dos Funcionários da Educação, organizado pela CNTE em Brasília. O sindicato enviou ônibus com 42 profissionais, que retornaram no mesmo dia. O PL 2531/2021 tramita no Congresso, tendo sido aprovado em várias comissões, como a de Educação, e o objetivo é que seja votado no Plenário da Câmara dos Deputados. ■

NA LUTA DESDE 1977 Sepe

SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
Rua Evaristo da Veiga, 55, Centro,
Rio de Janeiro, RJ. CEP 20031-040
Recepção: (21) 2195-0450.
Departamento Jurídico: (21) 2195-0457/0458
(Agendar atendimento, 11h às 16h).

www.seperj.org.br
instagram.com/**sepe_rj**
facebook.com/**Seperj**
youtube.com/**SepeRJoficial**
twitter.com/**RjSepe**

bit.ly/SejaSepe